

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2024

ATA NÚMERO CINQUENTA E SEIS

10 Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e oito minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Jaime da Silva Quintas João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, 20 Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Flípe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, 25 Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. -----

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Carlos José Pinto Vergueiro, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Eduardo Miguel Sabino 30 Guedes Barroco de Melo, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Joaquim António Dias Tavares substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Tiago Filipe da Costa Braga substituído por João Pedro Ferreira Martins, Paulo José Melo Martins, substituído por Júlia Dorinda, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, sendo substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, sendo substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa 35 Pinto.-----

5 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os senhores (as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, José Valentim Pinto Miranda, Paula Cristina Martins Carvalhal
10 Manuel de Oliveira Guedes e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. -----

Ponto 1 - Público.-----

Senhora Vanda Craveiro, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse ter
15 comprado em outubro do ano passado, um apartamento no Edifício Descobrimentos três. Teve conhecimento de uma certidão que confirmava que os moradores tinham direito a isenção de IMI e IMT. Uma série de vizinhos pediram essa isenção, e a primeira tranche de vizinhos viu o seu pedido ser aprovado. Uma segunda tranche de vizinhos que fez esse mesmo o pedido foi-lhes negado. Gostariam de saber qual foi o critério que assistiu, sendo que realmente existia uma certidão da senhora diretora do Urbanismo, a
20 comprovar que se tratava de um prédio de reabilitação urbana. Também queria saber porque de acordo com as atas nº 2 de 22 de janeiro e Ata nº 5 de 4 de março de 2024, da Assembleia Municipal, os mesmos pedidos de isenção de IMI foram uns aprovados e outros indeferidos. -----

Senhor João Dias, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse tratar-se do mesmo assunto, resumindo, gostaria de obter uma resposta porque era que na Assembleia da Ata nº2, de
25 22 de Janeiro de 2024, exatamente o mesmo prédio, foi aprovada a isenção de IMI e de IMT e passado um mês e meio na reunião de 4 de Março de 2024, para exatamente o mesmo prédio, o pedido foi indeferido, dizendo que não se tratava de uma reabilitação urbana, quando na reunião de janeiro o pedido foi aprovado por se tratar de uma reabilitação urbana. De acordo com o município era uma grande incoerência da Câmara. Além disso, o seu pedido tinha sido submetido em dezembro de 2023, sendo apenas informado que o mesmo
30 se encaminhava para indeferimento em maio de 2024. No próprio dia apresentou uma alegação que ainda não obteve resposta. Da última vez que foi procurar resposta um senhor confidenciou-lhe de forma informal que eram questões de poder político e não de questões técnicas. E que não havia vontade política e que a certa altura, a vontade política decidiu “fechar a torneira”, falando coloquialmente-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues na sua intervenção deu os devidos
35 esclarecimentos aos senhores municípios e relativamente à atribuição de benefícios disse que não era uma atribuição que se fizesse casuisticamente. Era uma atribuição individual por requerimento. Houve um

5 conjunto de requerimentos que deram entrada no final do ano passado e que foram apreciados em janeiro, em reunião de Câmara. Deliberavam perante os dados e evidências que tinham e como era hábito aprovavam ou não as isenções. Era todo um processo. As atas eram públicas e atas da Reunião de Câmara, não da Assembleia. No entretanto, nos dois meses, entre janeiro e março, tiveram notícia de um conjunto de pessoas, famílias e empresas que eram, não as imobiliárias que compravam os apartamentos, mas as
10 imobiliárias ou os construtores que os vendiam. Tiveram uma série de questões, não sobre o prédio em concreto, mas sobre variadíssimos outros de que as finanças estavam a bloquear todas as propostas de isenção que não fossem genuinamente reabilitação urbana. Quem votava eram os vereadores, dos vários partidos, e no caso em questão votaram por unanimidade. Portanto, não era uma questão partidária, nem uma questão política. Os vereadores, perante essa constatação, o que fizeram foi deliberar na defensiva. A
15 Câmara emitiu uma certidão, não de isenção, mas de delimitação da área de reabilitação urbana. Quem dava a isenção eram as finanças e as taxas é que seriam definidas por eles depois de uma resposta definitiva, não teria de ter uma resposta padrão. Enviavam o processo para análise jurídica, interna e externa, por uma pessoa que era absolutamente insuspeita, a senhora professora Fernanda Paula Oliveira, da Universidade Coimbra. Se a análise viesse a ser no sentido de que, mesmo não sendo uma reabilitação, estava numa área
20 onde pretendiam apostar na reabilitação, mesmo sendo um prédio novo, teriam direito à isenção em questão. Se o parecer fosse oposto, a Câmara revogaria a decisão inicial e todos teriam que pagar. No caso da ARU em concreto, Aru Cidade Gaia, era um marco que começava basicamente na Afurada e acabava até quase ao limite de Canelas. Portanto, uma ARU tão grande que se eles tivessem vontade de cobrar os impostos teriam feito uma coisa mais pequenina no centro histórico ou numa zona mais específica, uma zona
25 de ilhas, etc. -----

Senhor Francisco Eurindo Pereira Monteiro, Freguesia de Canidelo na sua intervenção questionou o presidente se já tinha passado nos antigos terrenos da seca do bacalhau, se foi ver a Marina e onde estava o letreiro a dizer que Luís Filipe Menezes é que aprovou, deveria pôr um letreiro a dizer que tanto na zona da seca do bacalhau como junto à Quinta Marcos Gomes, até uma elevação estava a ser demolida. Se seria para
30 construírem mais não sabia. Lamentava ver as zonas verdes, principalmente a beira-mar, desaparecerem todas. Houve alterações no trânsito e as ruas continuavam sem arranjo. Toda a zona de Sampaio, não tinha sido arranjada, estava cheia de buracos e o trânsito triplicou. Com as alterações, as camionetas que passavam na zona quase que não cabiam. As pessoas tinham de ter cuidado quando vinham à porta, senão ficavam sem a cabeça se viessem espreitar. -----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** esclareceu o senhor munícipe, dizendo que o processo da Quinta Marques Gomes e o processo da seca do bacalhau, era o processo 3436/09PL. Significava que que deu entrada na Gaiurb no ano 09, ou seja, ano do Licenciamento 2009. O atual executivo tomou posse em 2013. Dirigindo-se ao munícipe disse que ele tinha de olhar para a data em que começaram

- 5 a fazer os alicerces, acreditava que era por desconhecimento, tentar dizer, por defesa político partidária, que a seca do bacalhau e a Quinta Marques Gomes, que estavam no momento a começar em grande escala a ser construídas, já tinham umas “coisitas”, mas coisa quase invisível, que foram licenciadas pelo presidente de Câmara era mentira, porque aquele processo era de 2009 e foi licenciado em 2009. Vir ali dizer que porque um prédio começou a ser construído há dois anos, foi o atual presidente que o licenciou era falso.-----
- 10 **Senhora Maria Barros, Freguesia de Canidelo** na intervenção disse vir de Canidelo, com outros moradores, precisamente para tratar dos transportes inexistentes em Canidelo. Segundo a mesma a riqueza no país costumava ser, ter transportes públicos como devia ser, que naquele caso não existiam. A empresa que, há dez meses, servia Canidelo não aparecia. Gostava de saber para quando a situação normalizava. As pessoas esperavam 1h00, 2h00 e até 03h00 nas paragens. Não tendo transporte, teriam que apanhar táxi, etc. A
- 15 situação era insustentável e vergonhosa.-----
- Senhora Maria Soares, Freguesia de Canidelo** disse que a munícipe que antecedeu já tinha falado na questão dos transportes, a outra situação que a levava ali era a Rua dos Fortes. Tinham umas ruínas ao cimo da rua com as pedras a cair, com o vento partiam as janelas e os vidros e ninguém fazia nada. Uma senhora que ia para a camioneta das seis, foi às 05h30 da manhã, por pouco a apanhava. Também existia lá um morador
- 20 novo, que necessitava ser internado e tratamento não tinha, metia-se dentro dos contentores, atirava o lixo todo para o chão e levava-o para casa. Era uma porcaria e um cheiro que não se aguentava. Também falou dos sinais que colocaram não tapando os buracos que fizeram e saía água choca. -----
- Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse ao senhor munícipe, que juntamente com a senhora Presidente da Junta iria visitar o local, porque desconhecia. Tinham um serviço
- 25 imediato nas águas de Gaia que quando havia um entupimento dessa natureza havia a capacidade de resposta imediata. Que haveria sempre necessidade de pedirem a intervenção do piquete para os serviços terem conhecimento. Seguramente seria por razões que teriam a ver com pendentes da tubagem ou com tubagem partida. Relativamente á questão da UNIR existiu uma imposição legal de transporte público a partir de concurso público, que foi ganho por uma empresa. Não era nenhuma das que estavam em Gaia, era uma
- 30 empresa que se chamava Auto Viação Feirense. Ganhou o concurso por sete anos. A empresa em Vila Nova de Gaia estava no momento a fazer menos 30% de quilómetros do que aquilo que o concurso previa, ou seja, ao contrário do que acontecia até há dois anos, a Câmara pagava para subsidiar o transporte público. No concurso vinham 7 milhões de quilómetros ano. A empresa está a fazer menos de 5 milhões de quilómetros ano, na média dos oito meses que tinham contabilizado. Significava que a empresa poderia fazer mais
- 35 quilómetros, pois mais recebia. Não o fazia porque não havia capacidade de resposta. Faltavam motoristas, que iam chegando às pinguinhas, de Cabo Verde e do Brasil, e apesar de ganharem em média 1800 € mês, trocavam o empregador ás vezes por pouco valor de diferença no ordenado. Depois havia um problema de autocarros. Os autocarros que se encontravam no momento ao serviço estavam a crescer e praticamente

5 não existiam autocarros a diesel a circular. Os autocarros atuais, na esmagadora maioria, salvo honrosas exceções que ainda pudessem existir a diesel, eram autocarros, camelos, daqueles que tinham a bossa em cima- o gás natural. -----

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas -----

10

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 51 de 13 de junho de 2024.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Carla Isabel Argueles Cáceres, Filipe da Silva Lopes, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Rui Pedro Fernandes Teixeira, João Pedro Ferreira Martins, Júlia Dorinda Lima Sampaio, Beatriz Castro Pinto e André Araújo. -----

15

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 52 de 27 de junho de 2024.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Arménio José Pereira da Costa, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, João Pedro Ferreira Martins, José Fernando Santos Almeida, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Beatriz Castro Pinto e André Araújo -----

20

25

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 53 de 18 de julho de 2024.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Carla Isabel Argueles Cáceres, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filipe da Silva Lopes, Jorge Filipe Gomes Pereira, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Joaquim Moreira Barbosa, Júlia Dorinda Lima Sampaio, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira e Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.-----

30

35

5

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 54 de 25 de julho de 2024.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Filipe da Silva Lopes, Jorge Filipe Gomes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, José Fernando Santos Almeida, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira e André Araújo Ferreira.-----

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia -----

15 O Senhor Presidente da Mesa apresentou um **Voto de Solidariedade** apresentado por todos os Grupos Municipais, “às Populações e aos Bombeiros - Dia de Luto Nacional”, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**).-----

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira Sousa Pinto (IL) apresentou um, **Voto de Recomendação**, “Renomeação do Pavilhão Nelson Mandela para Pavilhão Rui Oliveira”, conforme documento em anexo (**vide anexo 2**).-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues chamou a atenção da Assembleia para ser informado se havia o consentimento prévio da pessoa nomeada na proposta, se falaram com o Rui Oliveira, de forma a saber se ele aceitaria retirar o nome de Nelson Mandela e pôr o dele.-----

25 Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira Sousa Pinto (IL) disse que naturalmente, eles não iriam pedir autorização a uma pessoa para lhe atribuir um nome, quando efetivamente nem sequer sabiam se iria ser aprovada a proposta. Estariam naturalmente a colocar a carroça à frente dos bois. Naturalmente, outra questão não seria um grupo municipal partidário a pedir a anuência de um atleta para o seu nome, para um pavilhão, quando efetivamente, essa responsabilidade estaria a cargo do Executivo Municipal e da Câmara Municipal que irá inaugurar esse pavilhão. Portanto, achava que naquele caso a responsabilidade era inteiramente do executivo municipal, não deles e, naturalmente dependeria da vontade da Câmara.-----

30 Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse ao senhor deputado não ter conseguido perceber a resposta, significava que propunham um nome de uma pessoa viva, para um pavilhão, para uma rua, para um largo, para uma praceta, sem ter contactado a pessoa. E se fosse aprovado é que pediriam à pessoa, já depois de ter usado o seu nome em público, que aceitasse dar nome àquilo que eles decidiram. Continuou dizendo que, em dez anos do seu mandato, todos os nomes que foram propostos, por

35

5 uma questão de decência e de carácter foram previamente falados, porque as pessoas não estariam todas
disponíveis para dar um nome a um pavilhão. O Rui Oliveira poderia querer dar o nome a um auditório dar
nome a outra coisa qualquer. Portanto, percebia bem, que o Rui Oliveira não sabia que naquele momento a
Assembleia Municipal de Gaia estaria a tentar tirar o nome do Nelson Mandela, que estava atribuído há dois
anos, para dar o nome ao Rui Oliveira. Segundo a sua opinião e porque o conhecia, jamais o Rui Oliveira
10 aceitaria que retirassem o nome de um Nelson Mandela para pôr o nome dele como não aceitaria que o
nome dele estivesse a ser usado de forma escandalosamente oportunista em público.-----

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira Sousa Pinto (IL) acusou o presidente de colocar floreados no
seu discurso, mas era muito simples e sempre assim trabalhou, só depois é que se faria o briefing com a
pessoa a quem se iria entregar o trabalho. Não pedia uma aprovação hipotética de uma eventual proposta
15 que não estava sequer aprovada junto de um atleta para o qual, naturalmente, fazia todo o sentido a
homenagem gaiense, porque Rui Oliveira é gaiense. Tudo tinha um fio condutor e não pediria uma coisa a
alguém que nem sequer ainda se tinha concretizado. A homenagem para o Rui Oliveira era justa e
tempestiva. E num ano histórico para Gaia e num ano histórico para Portugal, tinha havido muito poucos
campeões europeus campeões olímpicos em 30 edições das modalidades. Finalizou perguntando ao
20 presidente se pediu autorização à família de Nelson Mandela para o nome. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu ao deputado que quando
decidiram, Nelson Mandela estava morto, então contactaram a Associação “Nelson Mandela”, que à época
era presidida, a título honorífico, pela sua esposa, ao momento da morte, e pediram autorização para utilizar.
Á observação que nada tem a ver com Gaia, lembrou-lhe que ele tem em Vila Nova de Gaia a única escola
25 Ubuntu do país. A propósito das homenagens falou também nas atribuições das medalhas de Mérito
Municipal onde ele com todos os vereadores e conjuntamente com o presidente da Assembleia Municipal
decidiam. Deu o exemplo do Rosa Mota. Mediaram oito anos, entre a medalha da Rosa Mota e a
denominação ao pavilhão. A Câmara do Porto da época, e bem, esperou pelo fim da carreira. Porque poderia
acontecer alguma coisa imprevisível e a homenagem não se realizaria. Por isso é que normalmente se
30 homenageava no fim de carreira ou pessoas já falecidas. Criticou o deputado por não ter apresentado a
proposta ao grupo, na reunião de líderes. -----

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH) disse, após terem falado do manifesto voto de pesar, ter
também a manifestar um voto de louvor, um voto de louvor a todos os cidadãos, forças políticas, GNR, PSP,
especificamente os bombeiros e outros, que os meios de comunicação às vezes não falavam. Também
35 agradecia os outros meios que vieram da França, da Espanha e de Marrocos. Realmente tinha havido uma
má orientação de Portugal, que não estava a contar com o sucedido. Alguém tinha falhado mas nunca havia
culpados. Num contexto difícil e exigente, de perda de vidas humanas, animais e propriedades, causados
pelos terríveis incêndios que assombravam o território nacional. Ele, como representante do partido CH,

5 além de falar do voto, que foi falado em conjunto, o voto de pesar, manifesta, o voto de louvor, principalmente aos bombeiros. Era isso que queria chamar a atenção. -----

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) começou por referir que tinham consciência, nas reuniões de líderes, que os votos iam ser lidos primeiro e depois haveria intervenções, a moção dos bombeiros também teria de ser consensualizada por todas as forças políticas. De seguida, apresentou uma **Proposta de**
10 **Recomendação** “Dez meses da Rede UNIR, pelas soluções urgentes para os persistentes problemas da Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário”, conforme documento em anexo (**vide anexo 3**) -----

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) disse ser a primeira vez que se pronunciavam na Assembleia Municipal sobre a reestruturação dos transportes rodoviários e sobre a Rede UNIR, que sentiam uma profunda indignação e vergonha ao verem os seus concidadãos sujeitos aos factos ocorridos, apesar do
15 início tão atribulado. Era sua convicção de que o plano de reestruturação dos transportes em Vila Nova de Gaia evoluiria de um modo satisfatório e traria ao concelho uma melhoria significativa nesse domínio. Quase dez meses decorridos sobre a implementação da rede, reconheciam melhorias, mas persistiam problemas sérios, alguns dos quais não entendiam. Para melhor exemplificar as insuficiências que ainda se verificavam, passou a ler informações que recebeu e proporcionar também informações próprias. Após 20 tentativas pelo
20 número de telefone disponível, conseguiu falar com uma funcionária que o informou que suspenderam a circulação no período de férias e que iria voltar a circular a partir do dia 16 de setembro. Perguntou ao senhor presidente da Área Metropolitana do Porto se já conheciam da situação e se vão pagar o serviço, investigar ou multar a empresa. Finalizou perguntando ao presidente qual seria o procedimento para acabar com aquela pouca-vergonha. -----

25 **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima** apresentou **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal da PS e subscrito por todos os Grupos Municipais, “pelos sucessos desportivos do Atleta Sandro Baessa nos Jogos Paralímpicos”, conforme documento em anexo (**vide anexos 4**). -----

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse ser com grande satisfação que saudavam a abertura
30 de mais um ano letivo, um marco sempre renovado de esperança e compromisso com o futuro da nossa sociedade, conforme documento em anexo (**vide anexos 5**). De seguida, disse que uma das coisas que achavam que tinham feito bem, no trabalho que muitas vezes faziam na Conferência de líderes e no diálogo entre os diferentes partidos, era que procuravam, na medida do possível, fazer aquilo que dizia o Senhor Presidente que era encontrar consensos e encontrar entre todos pontes que permitissem valorizar um
35 concelho que era o concelho de Vila Nova de Gaia e as suas gentes. Nesse sentido, na última conferência de líderes ficou consensualizado que o voto de congratulação seria partilhado por todos os partidos políticos, bem como um outro Voto em torno dos incêndios. E nesse sentido, não entendiam a declaração que o

5 deputado do CH fez. Admitiam que pudesse ter sido algum tipo de lapso, relativamente à não presença na conferência de líderes do Deputado. Como exemplo disso, o PAN tinha dois documentos para apresentar, como não tinha estado na conferência de líderes, tiveram a oportunidade de dialogar e entenderam que todos juntos apresentariam um documento tão consensual quanto possível, porque isso era o que valorizava o município e a procura daquilo que a todos unia, enquanto cidadãos de Gaia. Nesse sentido, terminava
10 dizendo que o voto que o deputado leu foi apresentado por todos os partidos, incluindo o chega e o voto de congratulação que o senhor Presidente da Junta de Oliveira do Douro apresentou, foi também um voto consensualizado por todos os grupos parlamentares.-----

O senhor Presidente da Mesa referiu o voto de congratulação que foi proposto pelo senhor Presidente da Junta de Oliveira do Douro sobre o atleta seria para votar. Partia do princípio de que, naturalmente, todos
15 ratificaram o voto de solidariedade subscrito por todos e que ele mesmo leu. O voto de recomendação da IL, se não fosse retirado, coisa que deixava ao senhor deputado para ponderar o que iria fazer, seria também. -

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH) dirigindo-se aos deputados falou num manifesto voto de pesar, que soubesse, um voto de pesar e um voto de louvor, eram diferentes. Citando “Agora se querem vir aqui fazer campanha política e dizer que o CH, que não faz isso, é assim, façam a vontade, eu estou aqui para
20 defender a nossa posição e a posição dos gaienses. Primeiro estão os gaienses. Senhor deputado João Paulo Silva, veio para aqui a falar, fazer uma lavagem que vocês é que fazem o trabalho. Disse, tratar-se do ponto de vista de cada um. Agora o deputado João Paulo Silva, respeito as suas palavras e tem direito a falar, como também eu tenho direito a falar. Portanto, agora vir dizer que nós é que fazemos, o partido CH se aprova é porque está bem. Nós não estamos aqui no contra. Portanto, é só isso que tenho a chamar a atenção, eu
25 gosto também que me critiquem se eu estiver mal. Se eu vir que estão a agir mal, eu também vou argumentar.”-----

O senhor Presidente da Mesa referiu que quem estava presente nas conferências de líderes teria de articular a informação com os outros colegas. Quem estava na conferência de líderes vinculava quem ia à Assembleia, a informação que o deputado deu á mesa foi que queria reforçar, numa intervenção como todos puderam
30 ler, o papel de louvar os bombeiros. E a mesa não se opôs. Era uma intervenção simples, portanto, havia ali uma confusão desnecessária.-----

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) apelou ao senhor deputado da IL, Gonçalo Pinto, porque fazia todo o sentido homenagear os campeões olímpicos, à sua flexibilidade, no sentido de todos decidirem como é que o iriam homenagear e retirar a sua proposta. Pensariam no assunto na reunião de
35 líderes e com certeza que o homenageariam com todo o gosto.-----

O senhor Presidente da Mesa questionou se o senhor Deputado da IL pretendia retirar a Proposta apresentada, o qual, do lugar, anuiu á sugestão do PSD.-----

5 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse que desde que começou a UNIR já tinha percorrido as paragens e andou atrás das camionetas, já tinha passado em D. João II, isso seria um dos assuntos que valia a pena discutir. Não sabia o que se passava em determinado dia, em cada uma das linhas, ainda não tinham a georreferenciação. No dia seguinte iria ser aprovado o Conselho de Administração da nova Empresa Metropolitana de Transportes, e a partir daí, deixaria de ser um grupo de cinco pessoas na

10 Área Metropolitana a gerir os transportes e passaria a ser uma estrutura. Os transportes não eram propriamente um problema de incompetência. A empresa que ganhou a operação não era uma empresa de canto, era uma empresa com uma dimensão brutal, a empresa que mais servia a Flixbus. Para algumas das coisas que explicou, desde que a operação tinha começado houve muitos ajustamentos positivos, também era verdade que nem sempre se conseguiu, por muitos ajustamentos que se fizessem, chegar a toda a gente.

15 Existia a flexibilização dos horários escolares, porque nem sempre os horários escolares eram os mesmos e nem o trânsito. E começando pela proposta, propôs que um grupo da Assembleia Municipal, dos vários partidos, fizesse uma visita a um sábado de manhã, quando terão com certeza mais disponibilidade para visitar a empresa e o modelo de funcionamento, e serão atendidos pelo proprietário, aí levantam as questões que ele explicará. Cada multa que a empresa da Operação UNIR levar, é a receita da Área Metropolitana.

20 Tentar perceber que quando alguém estava metida no assunto, percebe que talvez não seja apenas carregar no botão para tudo ficar a funcionar como o desejado. Portanto, se o senhor deputado achasse bem aquela proposta o presidente agilizaria. E começaria , com o mesmo termo do senhor deputado, “essa coisa vergonhosa”, e entendia ser vergonhoso, durante dois ou três meses andarem a ter autocarros com os pneus rebentados, vidros partidos ou grafitados durante a madrugada, depois não saíam às 06h00. Quando

25 chegava o motorista ao sítio da partida não podia cumprir. Existia um movimento, contra o concurso e contra a empresa, de boicote. Isso era absolutamente claro. Quem perdeu vocifera porque achou que deveria ter ganho. Ainda por cima achavam que o presidente da Câmara deveria, na área metropolitana, ter metido a mão no concurso para fazer qualquer coisa que corresse bem. Há muita gente que no momento utilizava a UNIR e algumas falhas existiam, lembrava que tinham uma linha de atendimento direto e um email dedicado

30 a receber as reclamações que no próprio dia eram tratadas junto da empresa. O transporte público nunca seria a contento de todos, sobretudo quando a estratégia que possuíam de momento era polarizar os horários das pontas, porque era o horário das entradas e saídas nas escolas e, beneficiar também os trabalhadores. Se o deputado, fizesse o favor de fazer uma ronda por todos os agrupamentos de escolas e perguntasse a cada diretor do agrupamento quantos stresses é que tiveram com o transporte desde o início

35 do ano letivo ficava grato. -----

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) disse que as questões da UNIR não eram pequenas falhas, como o presidente disse, e como reconheceu desde a primeira hora, os obstáculos relativamente á Empresa Metropolitana de Transportes. Mas o senhor presidente tinha toda a razão quando dizia que não votaram a

5 favor, que não localizaram a operacionalização do processo. Estavam contra, mas não obstaculizaram. Não
foi pela CDU que não foi aprovada. Lembrou que o presidente tinha dito que iria haver uma revolução nos
transportes nova forma de mobilidade. A Unir com uma frota mais moderna e confortável, com uma imagem
comum em todo o território, com maior cobertura, mais autocarros, mais horários e linhas, mais numeração,
10 algo absolutamente extraordinário. Estávamos, em velocidade de cruzeiro para atingir os patamares que nos
interessavam. Passaram dez meses e a população estava indignada. Apesar do Senhor Presidente ter razão
quando dizia que nos últimos 50 anos o transporte público tinha sido uma miséria em Gaia, na Área
Metropolitana de Transportes zona do Porto. É profundamente revelador nos últimos dez meses a CDU ir as
paragens de autocarro e as pessoas dizerem que preferiam como estava antes. Queria saber para quando o
serviço que as pessoas tinham direito. Admitindo, perante aquela primeira semana que foi um caos absoluto
15 e a partir dessa semana houve uma estabilização de serviço perante a reivindicação das populações e o eleito
poder local quando é que o serviço vai efetivamente corresponder às necessidades dos trabalhadores e do
povo do concelho. -----

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) disse que teríamos de colaborar com as empresas,
mas havia uma coisa que teriam de exigir às empresas e serem absolutamente implacáveis, era o respeito
20 pelas pessoas. Não podiam fechar uma linha, quase um mês, sem darem justificações a ninguém. A proposta
do presidente era ótima e iriam falar com o presidente da Feirense com agrado e seria o primeiro a oferecer-
se para isso. Gostaria de dizer ao presidente do Feirense que se ele fosse presidente da Câmara lhe aplicaria
múltiplas multas e estava lá com ele para o ajudar, para tentar melhorar o serviço, para colaborar com a
máxima flexibilidade e para eventualmente, ajustar os horários. Falta de respeito pelas pessoas era
25 intolerável.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse, com todo o respeito pelo senhor
deputado, não havia naquela sala quem quisesse que aquilo corresse tão bem quanto ele. Foi ele que
implementou uma coisa que deveria estar implementada desde 2009, por lei, e que só foi implementada em
2019, dez anos depois, porque ninguém teve coragem de o fazer em termos metropolitanos. Os transportes
30 eram uma prioridade para ele. As multas não eram passadas pelas câmaras nem pelos presidentes de câmara,
para multar, de acordo com o caderno de encargos, tem de ter um dado objetivo. E o dado objetivo não era
o testemunho, o dado objetivo era a georreferenciação do autocarro para ter georreferenciação do autocarro
tinha que ter tido uma empresa. O patamar de exigência atual era muito superior ao que tínhamos há dez
ou 15 anos. Terminou falando que a visita seria mês de outubro, um sábado de manhã.-----

35

5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Solidariedade, apresentado por todos os Grupos Municipais, “às Populações e aos Bombeiros - Dia de Luto Nacional”.-----**

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

10 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal da PS e subscrito por todos os Grupos Municipais, “pelos sucessos desportivos do Atleta Sandro Baessa nos Jogos Paralímpicos”.-----**

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

15 **Foi o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “Renomeação do Pavilhão Nelson Mandela para Pavilhão Rui Oliveira”, retirado a pedido do Deputado do Grupo Municipal da IL.-----**

20 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, “Dez meses da Rede UNIR, pelas soluções urgentes para os persistentes problemas da Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário”.-----**

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

25 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu autorização aos senhores deputados para prolongar o período da reunião. Disse já terem passado 03h00 regimentais e se ninguém se opuser iriam até à 01h15, para tentar ir o mais longe possível, na ordem de trabalhos. Foi aceite o pedido.-----**

4.1. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana ARU Arnelas e Aprovação da respetiva ORU”.

30 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.1.-----**

Votação: Aprovado por Unanimidade-----

5 **4.2. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Programa Municipal de Estágios Profissionais remunerados (PMER) – Edição 2024”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.2.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

10

4.3. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano Municipal da(s) Juventude(s) 2024-2028”. -----

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o Ponto 4.3 da O.T. discutido na reunião seguinte. ----

15 **4.4. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Ação do Programa Radar Social de Vila Nova de Gaia”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.4.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20

4.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Carta Social de Gaia”. -----

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.5 da O.T. discutido na reunião seguinte. ----

25 **4.6. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Ação dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G Gaia Norte e dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G Gaia Sul” -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.6.** -----

30 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

4.7. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Desenvolvimento Social de Gaia 2024 / 2028 e respetivo Plano de Ação”. -----

5 Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.7 da O.T. discutido na reunião seguinte. ----

4.8. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso – Aprovação dos Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: -----

- Ano 2023 – € 0 (- € 78.045,54); -----
- 10 • Ano 2024 – € 186.511,41 + IVA = € 197.702,09 (cento e noventa e sete mil, setecentos e dois euros e nove cêntimos) | (- € 1.600.338,42);-----
- Ano 2025 – € 1.811.574,57 + IVA = € 1.920.269,04 (um milhão, novecentos e vinte mil, duzentos e sessenta e nove euros e quatro cêntimos | (+ € 1.037.233,61); -----
- 15 • Ano 2026 – € 604.858,82 + IVA = € 641.150,35 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta euros e trinta e cinco cêntimos | (+ € 641.150,35)”. -----

Senhora Presidente da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, Alexandra Mónica Soares Amaro, disse que depois de verificados vários entraves sociais motivados pela pandemia, quer burocráticos a construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso, sairá do papel, passando a constituir uma realidade. O desporto era uma realidade insofismável na União de Freguesias de Mafamude de Vilar de Paraíso. A nível nacional, eram das freguesias com maior número de atletas, inscritos nas mais variadas modalidades. Por via disso, a construção de um equipamento desportivo tornou se uma necessidade imperiosa para fazer face à quantidade de associações desportivas que existiam. Não se tratava apenas de um pavilhão, mas sim da requalificação de toda a área envolvente do Parque de São Caetano, respeitando e aumentando a mancha arbórea do parque. Aquele pavilhão desportivo seria mais do que uma obra de cimento e aço. Representaria a união de esforços em prol de um bem maior, a promoção do desporto, da saúde e do bem-estar. Seria um local onde crianças, jovens e adultos poderiam praticar atividades físicas, entre outras e a superação de desafios. O desporto seria sempre uma marca distintiva em Vila Nova de Gaia e, indubitavelmente, em Mafamude e Vilar de Paraíso, conforme documento em anexo (vide anexo 6). -----

30 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.8.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS-PP, 02do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH). -----

5 **4.9. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos – Reprogramação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

10 • Ano 2024 – € 287.083,35 (duzentos e oitenta e sete mil e oitenta e três euros e trinta e cinco cêntimos) IVA incluído; -----

• Ano 2025 – € 3.445.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil euros) IVA incluído; -----

• Ano 2026 – € 3.157.916,65 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezasseis euros e sessenta e cinco cêntimos) IVA incluído”. -----

15 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.9.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20 **4.10. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Unidade de execução da área envolvente ao novo Campo de Jogos de Valadares, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares – Aprovação de Repartição dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

• Ano 2024 – € 0; -----

25 • Ano 2025 – € 1.142.909,18 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e nove euros e dezoito cêntimos) IVA incluído; -----

• Ano 2026 – € 1.714.363,78 (um milhão, setecentos e catorze mil, trezentos e sessenta e três euros e setenta e oito cêntimos) IVA incluído”. -----

5 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.10.** -----

30 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

4.11. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Reabilitação da Praceta 25 de abril, Freguesia de Mafamude – Repartição dos Encargos Plurianuais, em

5 cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

• Ano 2024 – € 0; -----

• Ano 2025 – € 789.705,36 (setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinco euros e trinta e seis cêntimos) IVA incluído; -----

10 • Ano 2026 – € 1.184.558,04 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e quatro cêntimos) IVA incluído”. -----

Senhora Presidente da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, Alexandra Mónica Soares Amaro, disse ser com grande satisfação que viam acontecer a reabilitação da Praceta 25 de Abril, um espaço
15 que, sem dúvida, representava muito mais que apenas um local físico para a comunidade. Essa reabilitação marcava a renovação de um lugar que carregava a história e a vivência de muitos e que continuará a ser palco de novas memórias e convívios. A requalificação da Praceta 25 de Abril assumia como grande objectivo aumentar o polo da maior centralidade da cidade, relacionando os espaços entre si de forma integrada, bem como criando um espaço público de excelência e de contemporaneidade. A grande marca desse projecto
20 seria a abertura da praça para a Avenida da República, fomentando a espacialidade, identidade, a hierarquia dos acessos e a sua continuidade. De agora em diante, seria um ponto de referência para o convívio, para a socialização e o lazer, conforme documento em anexo (**vide anexo 7**).-----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à
votação o Ponto 4.11. -----

25 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

4.12. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à
Empreitada Pavilhão Municipal de Olival – SOLC – Empreitada de continuação de trabalhos – Proposta
de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos Plurianuais, proposta na Informação INT-
30 CMVNG/2024/15982 de 11 de setembro de 2024”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação
o Ponto 4.12. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

5 **4.13. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao CACI Canidelo – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15990 de 11 de setembro de 2024”.

10 Senhora Presidente da Freguesias de Canidelo, Maria José Guerra Gamboa Campos, disse que votariam de seguida a repartição dos encargos de uma obra cuja humanidade falava por si. Falavam das pessoas com deficiência, daquelas que viviam muitas vezes na penumbra, daquelas que o país teve vergonha durante muitos e muitos anos de dar luz. Era exatamente por isso que a obra tinha aquela humanidade. Falavam de centenas de crianças com um futuro comprometido, porque a vida nem sempre era justa e para elas não tinha sido particularmente justa. Falavam de todo o abate que existia sobre as famílias e os cuidadores dessas

15 crianças. Falavam da escola pública que, tendo a tentativa de as integrar, com muita dificuldade as continha e, sobretudo, com muita dificuldade lhes projetaria o futuro. Por isso o CACI, Centro de Atividades de Inclusão Social, que em Canidelo irá nascer, representava uma aposta firme numa política de apoio às pessoas com deficiência em Vila Nova de Gaia. Canidelo estava grata ao Presidente da Câmara por ter escolhido a freguesia onde sempre se pretendia viver em igualdade pela liberdade de todos a igualdade de oportunidades. -----

20 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 **4.14. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Ginásio Escolar do Meiral – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15985 de 11 de setembro de 2024”.

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

30 **4.15. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reconversão e Ampliação do Teatro Almeida e Sousa – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15979 de 11 de setembro de 2024”.

5 **Senhor Presidente da Freguesia Avintes, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro**, disse ser com enorme satisfação que ia aquela tribuna da Assembleia Municipal e intervir naquele ponto da Ordem de Trabalhos “concurso público da empreitada de reconversão e ampliação do Teatro Almeida e Sousa”. Um projeto que passou por muitas dificuldades, muitos entraves. O senhor Presidente da Câmara, que sempre defendeu que era importante reabilitar um edifício centenário que muito dizia e muito representava para a cultura em particular, mas também para a cultura gaiense. Desde o início foi se deparando, primeiro foi necessário chegar a um acordo com a paróquia de Avintes para que a propriedade do teatro passasse para a Câmara Municipal, já que o anterior acordo, elaborado no tempo do presidente Filipe Menezes, apenas dava o direito de superfície por apenas 25 anos à Câmara Municipal e só em 2018, conseguiu um acordo com a paróquia, para que a posse definitiva da propriedade passasse para a Câmara Municipal de Gaia. Por tudo aquilo, não era de mais reconhecer que só o empenho e a perseverança do sr. Presidente da Câmara, Eduardo Vítor Rodrigues, tornaram possível que o projeto de uma obra de mais de 4 milhões € fosse para a frente, conforme documento em anexo (**vide anexo 8**). -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15. -----

20 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato de Prestação de Serviços Postais a crédito – Procedimento 21-SE/2024 – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: -----

25 • Ano 2024 – € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros);-----

• Ano 2025 – € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros);-----

Total – € 500.000,00 (quinhentos mil euros)” -----

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.16 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

30 **4.17. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Consumíveis para lavabos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ---**

• Ano 2024 – 3 meses - € 2.498,75 (dois mil, quatrocentos e noventa e oito euros e setenta e cinco cêntimos);-----

• Ano 2025 – 12 meses - € 9.995,00 (nove mil, novecentos e noventa e cinco euros);-----

• Ano 2026 – 9 meses - € 7.496,25 (sete mil, quatrocentos e noventa e seis euros e vinte e cinco cêntimos);-----

35 -----

5 **Total – € 19.990,00 (dezanove mil, novecentos e noventa euros), acresce IVA”.** -----

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.17 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

10 **4.18. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Limpeza das fardas do pessoal operário e outros artigos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos:** -----

• **Ano 2024 – 3 meses - € 6.166,67 (seis mil, cento e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos); ---**

• **Ano 2025 – 12 meses - € 24.666,67 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos);-----**

15 • **Ano 2026 – 12 meses - € 24.666,67 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos);-----**

• **Ano 2027 – 9 meses - € 18.499,99 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos); -----**

Total – € 74.000,00 (setenta e quatro mil euros), acresce IVA”.-----

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.18 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

20 **4.19. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito:** -----

• **Postura Municipal de Trânsito na Avenida Beira Mar, Freguesia de Canidelo; -----**

• **Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Fonte Branca, União de Freguesias de Grijó e Sermonde;**

25 • **Postura Municipal de Trânsito na Rua Dr. Ernesto de Castro e na Rua das Cruzes, união de Freguesias de Grijó e Sermonde; -----**

• **Postura Municipal de Trânsito na Rua de Alexandre Braga, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----**

30 • **Postura Municipal de Trânsito na Rua Henrique Galvão, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; -----**

• **Postura Municipal de Trânsito no Passadiço do Areinho, Freguesia de Oliveira do Douro”.** -----

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.19 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

5 De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (**vide anexo 9**). -----

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 00 horas e 52 minutos do dia 20 de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

10

A Primeira Secretária

15

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

20

(Albino Pinto de Almeida)